

TERCEIRO ENCONTRO NACIONAL DE MILITANTES PETISTAS DO MOVIMENTO DE MULHERES

Relatório do Encontro

Foi realizado nos dias 16, 17 e 18 de agosto em Ibitié, Grande Belo Horizonte, o Terceiro Encontro Nacional de Militantes Petistas do Movimento de Mulheres. O Encontro contou com a participação de 111 delegadas (sendo 4 como observadoras oficiais) de 15 Estados, eleitas em Encontros ou Plenárias Estaduais. A pauta cumprida pelo Encontro, voltada para a discussão da intervenção das militantes petistas em diferentes áreas e sua participação no partido, tratou dos seguintes pontos:

1. Feminismo e políticas públicas no PT;
2. Desafios e perspectivas do movimento de mulheres; a) a relação do PT com o movimento; b) prioridades de lutas para o período;
3. Feminismo e socialismo;
4. Feminismo e construção partidária: a) balanço dos 11 anos do PT; b) formas de organização das mulheres no PT; c) propostas para o Regimento Interno do Partido; d) a participação das mulheres no Congresso do PT;
5. Renovação da coordenação da Sub-secretaria Nacional de Mulheres do PT

FEMINISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Desde que o PT assumiu os governos municipais esta foi a primeira vez que as mulheres discutiram coletivamente as políticas públicas e os organismos destinados as mulheres que foram criados em algumas prefeituras. Assim, neste encontro, tendo por base o documento do Seminário de Políticas Públicas e Gênero, foi feito um balanço do que esta sendo realizado.

Participou da mesa também representante da Câmara Federal.

Não se tratou de aprovar o documento apresentado ou sugerir reformulações, dado o caráter de relato do fato.

Em posterior discussão foi proposto um temário a ser discutido e trabalhado pelas Comissões ou Secretarias de Mulheres dos Estados para subsidiar as próximas campanhas de governo, tomando por base a experiência já acumulada. No balanço das administrações atuais foram destacados os seguintes pontos:

- por que o PT não organiza organismo específicos de mulheres em todas as prefeituras que assumiu o governo?
- em que medida as políticas desenvolvidas pelas prefeituras petistas avançam em relação as propostas de Conselhos de Mulheres
- do que vem sendo realizado o que tem condições de permanecer após estes mandatos
- estes organismos tem qual caracter: promovem ou executam políticas públicas? ou ambos?
- quais as condições para o funcionamento destes organismos?

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO MOVIMENTO DE MULHERES

Foram três os temas em que se concentraram as perspectivas e desafios do movimento de mulheres: Saúde, Violência e Trabalho e que estavam discutidos em documento. Das discussões em grupos e da plenária resultaram as conclusões em anexo.

FEMINISMO E SOCIALISMO

Difícil resumir a discussão sobre este tema.
Houve uma dinâmica que esquentou as discussões de grupo.

A plenária aprovou o texto de subsídio preparado pela Sub-Secretaria Nacional. Se por um lado apontou para a falta de acúmulo das mulheres para esta discussão, por outro lado seria difícil complementar o texto pois exigiria definições que polarizariam.

FEMINISMO E CONSTRUÇÃO PARTIDÁRIA

a) Balanço dos 11 anos do PT:

No balanço sobre a participação das mulheres avaliamos ser importante os espaços de auto-organização das mulheres no Partido. Estes espaços foram fundamentais não somente para o fortalecimento e consolidação da participação das mulheres no Partido, mas também na elaboração de plataformas e programas de governo, etc. Foi essencial ter incluído alguns pontos sobre as mulheres no eixos programáticos do PT. Embora, o conjunto da militância e o PT tenham se comprometido muito pouco com eles.

b) Formas de organização das mulheres no PT: apresentada no texto de Regimento Interno.

Tomou-se por base a proposta da Sub-Secretaria Nacional de Mulheres que foi aprovado pela plenária, com pequenas modificações. Além disto foi decidido que:

- 1) Unificar as formas de organização das mulheres no partido como Secretarias de Mulheres. A nível nacional a criação da Secretaria deverá ocorrer após o Congresso. Até lá permaneceremos como Sub-Secretaria de Mulheres, vinculada à Secretaria Nacional de Movimentos Populares.
- 2) Até o Congresso, todas as mulheres que participam da Direção Nacional permanecem como convidadas a participar da sub-secretaria Nacional de Mulheres do PT.
- 3) a Secretaria deverá incorporar, na sua dinâmica e composição, a diversidade de gênero: como mulheres negras, rurais
- 4) as responsáveis pelas Secretarias de Mulheres, nos diferentes níveis, deverão ser escolhidas pelo coletivo de mulheres
- 5) a Secretaria não deverá ser um organismo auxiliar mas um organismo que contribua com a direção no sentido de formular políticas específicas para as mulheres.
- 6) embora não reivindicamos a obrigatoriedade da Secretarias integrarem as executivas do partido, isto deverá ser buscado, como forma de ampliar e garantir a integração com as direções partidárias.
- 7) As Secretarias de Mulheres devem organizar a realização de plenárias gerais de militantes petistas nos diferentes níveis, além das plenárias de militantes do movimento de mulheres.
- 8) convocar foruns mistos para discutir a questão das mulheres.
- 9) As Secretarias deverão incentivar a formação política das mulheres impulsionando sua formação geral como dirigentes plenas do Partido.
- 10) recomenda-se a consulta às Secretarias de mulheres por parte das Comissões de ética quando estas são instauradas devido a atos de violência cometidos contra as mulheres.
- 11) recomendado que homens que tenham cometido atos de violência contra as mulheres sejam proibidos de serem candidatos a cargos eletivos.

c) Proposta para o regimento interno:

Foi aprovado o texto geral de Regimento Interno apresentado pela Sub-secretaria Nacional de Mulheres do PT, com pequenas modificações. Os pontos centrais de discussão foram as formas de organização das mulheres no PT - as Secretarias de Mulheres e as formas de organização de base; a necessidade de aprofundar relação destas estruturas com as instâncias de direção; a exigência de se ampliar a participação das mulheres nas instâncias de direção; a ênfase na política de formação; a necessidade de se apontar para elementos centrais de uma ética partidária que rejeite todas as formas de opressão e discriminação das mulheres.

A discussão mais polêmica foi a definição de um percentual de mulheres nas instâncias de direção -uma cota definida de mulheres para todas as instâncias de direção partidária.

Foi aprovada a defesa de uma cota mínima de 30% de mulheres nas instâncias de direção do PT como um passo necessário à construção da democracia de gênero. Abriu-se a possibilidade para que, na primeira eleição após o Congresso as direções possam trabalhar alternativamente, caso avaliem dificuldades de implementar imediatamente esta cota, com a composição das direções a partir da proporção de mulheres presentes nos Encontros; neste caso, garantindo-se a mesma proporção mínima para indicação das delegações.

Dado a importância desta discussão, reproduzimos uma síntese dos debates e argumentos.

Os argumentos a favor:

O estabelecimento de uma cota mínima de 30% de mulheres nas direções do partido.

-rompe a dinâmica de exclusão

-amplia a entrada das mulheres nos espaços de poder

-impulsiona a construção da democracia de gênero (todas as mulheres são oprimidas, independente do grau de consciência que tenham desta opressão)

-a cota é um passo para superar uma situação dada como natural; para romper com esta dinâmica é necessário uma medida consciente e, neste sentido, artificial

-a cota não resolve todas as discriminações das mulheres dentro do partido, faz parte de uma política que deve ser global de ação afirmativa

-altera a correlação de forças entre mulheres e homens nas instâncias de direção e está sendo proposto como um processo coletivo de participação das mulheres nas direções

-o reconhecimento da diferenciação e desigualdades existentes é fundamental para se construir democracia real, por isso não é paternalismo.

Os argumentos das dúvidas:

-medidas deste tipo promovem a igualdade ou discriminação?

-por que é necessário definir um número?

-as mulheres que irão para direção poderão não representar os interesses das mulheres

-a cultura machista do PT tem dificuldade de discutir este tipo de proposta

Os argumentos contra:

-é uma medida paternalista - não é um espaço conquistado, é concedido

-não é democrático, porque favorece artificialmente as mulheres - porque contempla mulher por ser mulher, não leva em consideração as posições políticas

-não tem número de mulheres suficientes para garantir os 30%

-não questiona o poder hierarquizado nos moldes patriarcal de um partido político, colocando em cheque o fundamento

feminista de uma nova construção de poder, inclusive referenda esta espaço de poder

- nós já estamos no espaço público quando estamos em um partido político, não é o poder partidário que dará visibilidade a nossa participação.

d) Participação das mulheres no Congresso

A realização de encontros setoriais foi considerado uma importante iniciativa visando a participação das mulheres no Congresso. Deverão ser realizados onde a organização das mulheres sustentarem sua realização, a partir da realidade de cada local.

As Secretarias de mulheres deverão realizar reuniões com as mulheres delegadas ao Congresso, em cada Estado, visando uma intervenção mais unitária no Congresso.

RENOVAÇÃO DA COORDENAÇÃO DA SUB-SECRETARIA NACIONAL DE MULHERES:

Até a realização do Congresso e a renovação da Direção Nacional do PT permanecemos como Sub-Secretaria Nacional de Mulheres vinculada à Secretaria Nacional de Movimentos Populares.

a) Foi aprovada a ampliação da Sub-Secretaria de modo a permitir uma maior eficiência e flexibilidade, definindo-se a seguinte composição:

- uma representante do trabalho de mulheres negras

- uma representante rural

- duas representantes e duas suplentes para os Estados que já têm um trabalho mais estruturado de mulheres no Partido; com exceção de São Paulo que terá sua presença ampliada para 5 representantes.

- outros estados, 1 representante

b) os nomes escolhidos no Encontro foram:

RIO DE JANEIRO: Angela Borba
Leila Kessler

MINAS GERAIS: Márcia de Cássia Gomes

PARANA: Sara Eduarda de Castro
Anna Eugênia B. Chiari

RIO GRANDE DO SUL: Márcia Camargo

SÃO PAULO: Tatau Godinho
Maria Lúza Costa
Vera Soares

MOVIMENTO NEGRO: Edileuza Penha de Souza, do
Espírito Santo

Bel, de Minas Gerais, suplente

São Paulo, 07 de setembro de 1991

Sub-Secretaria Nacional de Mulheres do PT/SNMP